



PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2014·2020

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ANUAL – 2019

CITIZEN'S REPORT



RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ANUAL 2019

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR2020) foi aprovado em dezembro de 2014 pela Decisão C(2014) 9896 da Comissão Europeia, e inclui um conjunto de intervenções cofinanciadas pelo FEADER em matéria de desenvolvimento rural no território do Continente, prosseguindo o objetivo de promover a competitividade do setor agroflorestal e dos territórios rurais de forma sustentável.
2. Em 2019 foram efetuadas duas modificações. A primeira modificação ocorreu em março - Decisão C(2019) 1878 da Comissão Europeia, e decorreu da necessidade de se efetuar um aumento da taxa de cofinanciamento nacional (3%) como forma de contribuir para a resolução da situação financeira em que o Programa se encontrava, com compromissos assumidos muito elevados face aos montantes de programação iniciais, em particular no que se refere aos compromissos plurianuais da Medida 7 "Agricultura e recursos naturais"; de realizar um conjunto de ajustamentos adicionais à programação de algumas medidas com indicadores cujas metas já não correspondiam à realidade do Programa; de efetuar modificações de ordem técnica em algumas medidas ainda não operacionalizadas ou em curso.

A segunda modificação ocorreu em outubro - Decisão C(2019) 7511 da Comissão Europeia, e decorreu da necessidade de aplicação da nova delimitação das zonas sujeitas a condicionantes naturais significativas, enquadradas na Operação 9.0.2 "Zonas, que não as de montanha, sujeitas a condicionantes naturais significativas"; de prorrogação até 2019 do prazo para a nova delimitação das zonas sujeitas a condicionantes naturais que não as zonas de montanha, bem como o período de adaptação mais curto para os agricultores que deixarão de ser elegíveis para pagamentos; de adaptação da Operação 10.2.1.1 "Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas" de forma a poderem ser apoiados investimentos específicos de mitigação da seca, na sequência dos dados dos meses de julho e agosto que demonstraram um especial aumento da área de seca moderada, em particular na região interior / centro e da área em seca extrema na região sul; de clarificação do texto do Programa no sentido de incluir de forma explícita

a utilização dos custos simplificados na Operação 10.2.1.4 “Cadeias curtas e mercados locais”.

3. A estrutura do Programa manteve-se com as intervenções financiadas agrupadas por medidas e estas em quatro áreas de intervenção.

As áreas de intervenção: A1 “Inovação e conhecimento”, A2 “Competitividade e organização da produção”, A3 “Ambiente, eficiência no uso de recursos e clima” e A4 “Desenvolvimento local”, visam promover ações que contribuem diretamente para a prossecução dos objetivos assumidos na estratégia nacional para o desenvolvimento rural, os quais, em consonância com as orientações estratégicas comunitárias, foram vertidos nas Medidas 1 a 19 do PDR2020.

4. O contexto socioeconómico do ano foi marcado por um abrandamento da economia no conjunto da OCDE. O PIB da zona euro continua a desacelerar assumindo uma variação de 1,2% (face a 1,9% em 2018), com Portugal a crescer acima da média da zona euro (2,2%).

A variação do PIB em Portugal resultou do contributo positivo da procura interna, que mantém a tendência de crescimento embora tendo desacelerado em 2019 (2,8% face a 3,1% em 2018), e da procura externa, com o crescimento contínuo das exportações (3,7% face a 4,5% em 2018) e das importações (5,2% face a 5,7% em 2018). A taxa de desemprego mantém a tendência de diminuição quer na zona euro (7,6% face a 8,2% em 2018) quer em Portugal (6,5% face a 7% em 2018).

No período 2010-2019, o VAB do complexo agroflorestal, em volume, cresceu a uma média anual de 0,9%, notando-se um maior dinamismo da componente agroalimentar face à florestal (1,2% face a 0,1% ao ano). Em particular no último ano, o complexo agroflorestal registou um crescimento (0,8%), com o contributo positivo do complexo agroalimentar (1,9%) e negativo da componente florestal (-1,5%).

Quanto ao comércio internacional agroflorestal, salienta-se um maior ritmo de crescimento das exportações (4,3% ao ano) face às importações de bens e serviços (2,9% ao ano).

O VAB gerado pela agricultura cresceu a uma média anual similar ao conjunto da economia, quer em valor (1,9% ao ano) quer em volume (0,7% ao ano para a economia e 0,6% ao ano para o setor agrícola).

A produtividade do trabalho agrícola tem vindo a assumir uma tendência de crescimento desde 2010 (3,8% ao ano), com o VAB, em volume, a crescer a uma média anual de 0,6%, enquanto o volume de trabalho tem continuado a diminuir a uma média anual de 3,1%. Em 2019, a produtividade voltou a registar um forte crescimento (6,1%).

Quanto ao rendimento da atividade agrícola é de constatar um crescimento anual de 3,7% desde 2010, em resultado da conjugação da variação positiva da produtividade do trabalho (3,8% ao ano) e dos subsídios líquidos de impostos (0,4% ao ano).

No período 2010-2019, a produção agrícola medida a preços base, registou um crescimento em volume (1,7% ao ano) e, de forma mais acentuada, em valor (2,6% ao ano) decorrente da evolução dos preços (0,9% ao ano).

5. Até ao final de 2019, foram apresentadas cerca de 301 mil candidaturas, tendo as medidas de superfície um peso significativo, representando 80% do total das candidaturas e envolvendo um custo total de 1.491.876 mil €. As restantes medidas apresentaram cerca de 61 mil candidaturas que representam um investimento de 9.561.824 mil €.
6. Relativamente aos compromissos assumidos, foram aprovados cerca de 289 mil projetos que representam 3.851.972 mil € de despesa pública, ou seja 89% do programado para o período 2014-2020. Deste montante, 655.223 mil € referem-se a projetos transitados.
7. No final de 2019, os pagamentos aos beneficiários do PDR2020 ascenderam a 2.689.820 mil € de despesa pública correspondendo a uma taxa global de execução de 65%, aferida pelo Fundo e acima da média da União Europeia.

A execução por áreas de intervenção (aferidas pelo Fundo) é de 33% para a A1 "Inovação e conhecimento", 50% para A2 "Competitividade e organização da produção", 83% para A3 "Ambiente, eficiência no uso de recursos e clima" e 25% para a A4 "Desenvolvimento local".

8. Quanto à execução FEADER do Programa por prioridade/domínio de intervenção, destacaram-se as P2A “Melhoria do desempenho económico e modernização das explorações” e P3B “Apoio à prevenção e gestão de riscos”, ambas com uma taxa de execução de 62%; a P4 “Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas”, com uma taxa de execução de 80%; e a P5E “Promoção da conservação e do sequestro de carbono”, com uma taxa de execução de 75%.
9. Em 2019 foi assinado o Acordo de Financiamento com o Fundo Europeu de Investimentos, com vista à implementação de um instrumento de garantia de carteira plafonada – Linha de Garantia de Crédito, com uma dotação de 20,1 milhões € de despesa pública, completado com recursos da Comissão Europeia através do Fundo Europeu de Investimentos, no valor de 15 milhões €, potenciando um montante de recursos disponíveis para a modernização do setor de cerca de 300 milhões €.

O instrumento financeiro visa fornecer aos intermediários financeiros selecionados a cobertura de risco de crédito em relação a uma carteira de novos empréstimos celebrados com os destinatários elegíveis para apoio, nomeadamente empresas agrícolas e agroalimentares, incluindo jovens agricultores, possibilitando assim o acesso aos empréstimos em condições mais favoráveis, nomeadamente de maturidades mais longas, de redução de colaterais ou de taxas de juro. No âmbito do Anúncio para a Manifestação de interesse lançado pelo FEI foram selecionadas quatro instituições, encontrando-se a decorrer no fim de 2019, o processo negocial com vista à assinatura dos Acordos Operacionais

10. Nas atividades de avaliação destaca-se a conclusão do trabalho de avaliação ao Programa iniciado em 2018. Deste trabalho resultou um Relatório que incluiu as análises finais da informação, bem como os resultados e as conclusões respeitantes às questões de avaliação.

É também de relevar o exercício de avaliação/autoavaliação realizado pelos GAL no âmbito da Avaliação das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) rurais e urbanas, que resultou num conjunto de relatórios de avaliação da estratégia e dos primeiros resultados da sua implementação.

11. No que respeita às atividades de controlo desenvolvidas pelo Secretariado Técnico de Auditoria e Controlo (STAC), em 2019 foram efetuados 218 controlos aos projetos analisados pelas Direções Regionais e Secretariado Técnico, continuando-se a verificar que a esmagadora maioria das situações observadas são colmatadas em sede de reanálise. Quanto à tipologia de erros mais frequentes, manteve-se a tendência da “análise da razoabilidade dos custos” para o motivo mais relevante.

No âmbito do controlo de qualidade dos GAL, em 2019 foram controlados 224 projetos mantendo-se igualmente como tipologia de erros mais frequentes o procedimento da “análise da razoabilidade dos custos”.

Em termos da atividade de controlo regulamentar, em 2019 foram realizados os trabalhos de Certificação de Contas do OP, pela autoridade competente e de auditoria, a IGF, e foram realizados os controlos de natureza física específicos do FEADER, nomeadamente, o controlo *in loco* e o controlo *ex post*, realizados pelo IFAP e IGAMAOT, respetivamente.

Foram ainda realizadas auditorias promovidas pelo Tribunal de Contas Europeu e Comissão Europeia (DG AGRI- Direção H.4. Fiabilidade e auditoria – Desenvolvimento Rural).

12. Quanto ao sistema de informação (SIPDR2020), foi dada sequência à operacionalização prevista no calendário de abertura de anúncios de 2019, e à análise e decisão das candidaturas rececionadas. Prosseguiu a operacionalização dos pedidos de alteração das candidaturas, tendo-se dado continuidade à operacionalização dos formulários de pedidos de alteração, bem como aos respetivos modelos de análise, sendo este ainda um trabalho em curso e que terá seguimento no ano 2020.

Foram ainda efetuados vários desenvolvimentos no Sistema de Suporte à Decisão (SSD) por forma a permitir o acesso rápido e fácil à informação, e foram efetuados vários ajustes e melhorias na APP mobile do PDR2020.

13. Foi dada continuidade à monitorização da execução dos projetos por forma a serem identificadas as situações em que os beneficiários não reúnem condições de executar os investimentos aprovados e, assim, transferir os respetivos compromissos, para assegurar o objetivo do pleno aproveitamento do envelope financeiro do Programa. Durante o ano de 2019 esta monitorização incidiu quer

no encerramento dos projetos transitados do PRODER, quer nos projetos aprovados no atual período de programação (PDR2020).

14. Manteve-se a estratégia de comunicação implementada para o Programa bem como a participação da AG na Rede de Comunicação Portugal 2020, enquanto plataforma de partilha de informação e boas práticas entre todos os responsáveis pela comunicação que integram os FEEI.

De seguida apresentam-se alguns quadros de monitorização do Programa:

- Concursos abertos até 31 de dezembro de 2019 (excluindo medidas de superfície);
- Indicadores de monitorização 2014-2020 (por Áreas de Intervenção e Medidas PDR);
- Programação financeira à data - Decisão C(2019) 7511 de 15 de outubro (por Áreas de Intervenção, Medidas e Operações PDR).

Concursos abertos até 31-12-2019 (exclui as medidas de superfície)

Área de intervenção / Medida / Operação (exclui as medidas de superfície)	Nº concursos *		Dotação despesa pública (mil euros)
	[contínuo e abertos em anos anteriores]	[abertos em 2019]	
A1. Inovação e conhecimento	9	2	69 932
M1. Inovação	1		30 432
Op.1.0.1 Grupos operacionais	1		30 432
M2. Conhecimento	8	2	39 500
Op.2.1.1 Ações de formação	3		7 750
Op.2.1.4 Ações de informação	2	1	11 500
Op.2.2.1 Apoio ao fornecimento de serviços de aconselhamento agrícola e florestal	1	1	5 250
Op.2.2.2 Apoio à criação de serviços de aconselhamento	1		13 500
Op.2.2.3 Apoio à formação de conselheiros das entidades prestadoras de serviços aconselhamento	1		1 500
A2. Competitividade e organização da produção	69	21	1 651 694
M3. Valorização da produção agrícola	49	14	1 523 944
Op.3.1.1 Jovens agricultores	7	2	215 885
Op.3.1.2 Investimento de Jovens agricultores na exploração	3	1	71 579
Op.3.1.3 Investimento de Jovens agricultores na exploração agrícola apoiado por um instrumento financeiro			
Op.3.2.1 Investimentos na exploração agrícola	14	7	734 452
Op.3.2.2 Pequenos investimentos na exploração agrícola	6	3	48 360
Op.3.2.3 Investimento nas explorações agrícolas apoiado por um instrumento financeiro			
Op.3.3.1 Investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas	6	1	165 540
Op.3.3.2 Pequenos investimentos na transformação e comercialização	2		17 500
Op.3.3.3 Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas apoiado por um instrumento financeiro			
Op.3.4.1 Desenvolvimento do regadio eficiente	1		50 000
Op.3.4.2 Melhoria da eficiência dos regadios existentes	8		196 355
Op.3.4.3 Drenagem e estruturas fundiárias	2		24 273
M4. Valorização dos recursos florestais	4	2	38 000
Op.4.0.1 Investimento em produtos florestais identificados como agrícolas no A1 do Tratado	2	1	14 500
Op.4.0.2 Investimento em produtos florestais não identificados como agrícolas no A1 do Tratado	2	1	23 500
M5. Organização da produção	3	2	15 000
Op.5.1.1 Criação de agrupamentos e organizações de produtores	2		13 000
Op.5.2.1 Interprofissionais	1	2	2 000
M6. Gestão de risco e restabelecimento do potencial produtivo	13	3	74 750
Op.6.1.1 Seguros	1		**
Op.6.2.1 Prevenção de calamidades e catástrofes naturais		1	2 000
Op.6.2.2 Restabelecimento potencial produtivo	12	2	72 750
A3. Ambiente, eficiência no uso dos recursos e clima	38	6	413 347
M7. Agricultura e recursos naturais	6	1	65 252
Op.7.8.3 Recursos genéticos - conservação e melhoramento de recursos genéticos animais	3		47 542
Op.7.8.4 Recursos genéticos - conservação e melhoramento de recursos genéticos vegetais	1		3 000
Op.7.8.5 Recursos genéticos - conservação e melhoramento de recursos genéticos florestais		1	510
Op.7.11.1 Investimentos não produtivos	2		14 200
M8. Proteção e reabilitação de povoamentos florestais	32	5	348 095
Op.8.1.1 Florestação de terras agrícolas e não-agrícolas	2		22 000
Op.8.1.2 Instalação de sistemas agroflorestais	2	1	7 560
Op.8.1.3 Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos	2	1	73 000
Op.8.1.4 Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou acontecimentos catastróficos	14	2	142 535
Op.8.1.5 Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas	8		75 500
Op.8.1.6 Melhoria do valor económico das florestas	2		23 000
Op.8.2.1 Gestão de recursos cinegéticos	2	1	4 500
Op.8.2.2 Gestão de recursos aquícolas			
A4. Desenvolvimento local	541	257	307 071
M10. LEADER	541	257	307 071
Op.10.1.1 Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL	1		1 350
Op.10.2.1 Implementação das estratégias de desenvolvimento local	538	255	233 140
2.1 - Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	122	53	61 392
2.2 - Pequenos investimentos na transformação e comercialização	121	51	57 848
2.3 - Diversificação de atividades na exploração	99	49	51 921
2.4 - Cadeias curtas e mercados locais	68	42	19 659
2.5 - Promoção de produtos de qualidade locais	59	19	14 399
2.6 - Renovação de aldeias	69	41	27 921
Op.10.3.1 Cooperação interterritorial e transnacional dos grupos de ação local	1	2	20 581
Op.10.4.1 Custos de funcionamento e animação	1		52 000
Assistência técnica	14	6	105 297
Assistência técnica	5	3	96 147
Rede rural	8	3	8 450
Estruturas locais de apoio (ELA)	1		700
TOTAL	671	292	2 547 342

* Os concursos apresentados agregam os vários períodos/tipologias previstas.

** Concursos abertos em período contínuo.

Quadro 1: Indicadores de monitorização 2014-2020 (por áreas de intervenção e medidas PDR)

Dados reportados a 31 dezembro 2019

ÁREAS DE INTERVENÇÃO / MEDIDAS PDR	PROGRAMAÇÃO 2014-2020 [a]		COMPROMISSOS ASSUMIDOS [b]		PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS		INDICADORES			
	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Taxa de compromissos 2014-2020		Taxa de execução 2014-2020	
	mil euros		mil euros		mil euros		Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
	1	2	3	4	5	6	7=3/1	8=4/2	9=5/1	10=6/2
PDR2020	4 315 748	3 583 729	3 851 972	3 288 906	2 689 820	2 321 137	89%	92%	62%	65%
A1 INOVAÇÃO E CONHECIMENTO	74 851	62 030	67 507	57 737	23 443	20 462	90%	93%	31%	33%
M1 Inovação	40 608	34 497	39 991	35 212	16 399	14 502	98%	102%	40%	42%
M2 Conhecimento	34 243	27 533	27 516	22 525	7 044	5 960	80%	82%	21%	22%
A2 COMPETITIVIDADE E ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO	1 806 017	1 472 442	1 609 175	1 368 474	856 820	735 255	89%	93%	47%	50%
M3 Valorização da produção agrícola	1 658 513	1 354 521	1 493 789	1 271 021	780 418	670 536	90%	94%	47%	50%
M4 Valorização dos recursos florestais	37 652	29 854	27 977	24 009	14 130	12 267	74%	80%	38%	41%
M5 Organização da produção	5 064	4 287	3 475	3 087	822	694	69%	72%	16%	16%
M6 Gestão do risco e restabelecimento do potencial produtivo	104 788	83 780	83 934	70 357	61 450	51 759	80%	84%	59%	62%
A3 AMBIENTE, EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS E CLIMA	2 119 772	1 785 822	1 952 289	1 674 110	1 711 615	1 481 883	92%	94%	81%	83%
M7 Agricultura e recursos naturais	866 537	728 910	873 495	732 783	803 869	685 770	101%	101%	93%	94%
M8 Proteção e reabilitação de povoamentos florestais	508 526	408 866	389 600	328 617	226 726	194 595	77%	80%	45%	48%
M9 Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas	744 709	648 045	689 194	612 709	681 020	601 519	93%	95%	91%	93%
A4 DESENVOLVIMENTO LOCAL	220 596	188 403	133 071	118 133	53 809	47 656	60%	63%	24%	25%
M10 LEADER	220 596	188 403	133 071	118 133	53 809	47 656	60%	63%	24%	25%
Assistência técnica	93 656	74 315	89 260	69 883	43 464	35 311	95%	94%	46%	48%
Reforma antecipada	856	718	670	569	670	569	78%	79%	78%	79%

Notas:

[a] - Decisão C(2019) 751115 de 15 de outubro.

[b] - Dados relativos a candidaturas aprovadas e, no caso das Ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de pagamento aprovados.

Programação financeira (por Áreas de Intervenção, Medidas e Operações PDR)

Unidade: mil euros

ÁREAS DE INTERVENÇÃO / MEDIDAS / OPERAÇÕES	Decisão C(2019) 7511 15 outubro	
	Despesa pública	FEADER
PDR 2020	4 315 748	3 583 729
A1. INOVAÇÃO E CONHECIMENTO	74 851	62 030
<i>M1 Inovação</i>	<i>40 608</i>	<i>34 497</i>
1.0.1 Grupos operacionais	40 608	34 497
<i>M2. Conhecimento</i>	<i>34 243</i>	<i>27 533</i>
2.1.1 Ações de formação	6 579	5 576
2.1.4 Ações de informação	8 971	7 480
2.2.1 Fornecimento do serviço de aconselhamento agrícola e florestal	3 146	2 464
2.2.2 Criação de serviços de aconselhamento	14 041	10 856
2.2.3 Formação de conselheiros das entidades prestadoras do serviço de aconselhamento	1 507	1 157
A2. COMPETITIVIDADE E ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO	1 806 017	1 472 442
<i>M3. Valorização da produção agrícola</i>	<i>1 658 513</i>	<i>1 354 521</i>
3.1.1 Jovens agricultores	136 106	119 431
3.1.2 Investimento jovens agricultores na exploração agrícola	57 258	43 967
3.1.3 Investimento jovens agricultores na exploração agrícola apoiado por um instrumento financeiro	7 461	6 900
3.2.1 Investimento na exploração agrícola	826 518	672 279
3.2.2 Pequeno investimento na exploração agrícola	36 529	29 582
3.2.3 Investimentos em explorações agrícolas apoiados por um instrumento financeiro	5 434	5 000
3.3.1 Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas	219 970	178 808
3.3.2 Pequeno investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas	6 812	5 437
3.3.3 Investimento em transformação e comercialização de produtos agrícolas apoiado por um instrumento financeiro	7 172	6 625
3.4.1 Desenvolvimento do regadio eficiente	117 687	95 367
3.4.2 Melhoria da eficiência dos regadios existentes	211 649	170 636
3.4.3 Drenagem e estruturação fundiária	25 918	20 487
<i>M4. Valorização dos recursos florestais</i>	<i>37 652</i>	<i>29 854</i>
4.0.1 Investimentos em produtos florestais identificados como agrícolas no Anexo I do Tratado	9 768	7 797
4.0.2 Investimentos em produtos florestais não identificados como agrícolas no Anexo I do Tratado	27 884	22 057
<i>M5. Organização da produção</i>	<i>5 064</i>	<i>4 287</i>
5.1.1 Criação de agrupamentos e organizações de produtores	4 787	4 048
5.2.1 Organizações interprofissionais	276	240
<i>M6. Gestão risco e restabelecimento do potencial produtivo</i>	<i>104 788</i>	<i>83 780</i>
6.1.1 Seguros	48 627	39 981
6.2.1 Prevenção de calamidades e catástrofes naturais	1 129	867
6.2.2 Restabelecimento do potencial produtivo	51 032	39 860
6.3.1 Fundo mutualista de calamidades	4 000	3 071
A3. AMBIENTE, EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS E CLIMA	2 119 772	1 785 822
<i>M7. Agricultura e recursos naturais</i>	<i>866 537</i>	<i>728 910</i>
7.1.1 Conversão para agricultura biológica	28 203	24 715
7.1.2 Manutenção em agricultura biológica	109 313	91 731
7.2.1 Produção integrada	374 423	317 990
7.3.1 Pagamentos Rede Natura - Pagamento natura	44 753	36 906
7.3.2 Pagamentos Rede Natura - Apoios zonais de carácter agroambiental	20 807	17 197
7.4.1 Conservação do solo - Sementeira direta ou mobilização na linha	3 709	3 170
7.4.2 Conservação do solo - Enrelvamento da entrelinha de culturas permanentes	13 282	11 299
7.5.1 Uso eficiente da água	20 418	16 527
7.6.1 Culturas permanentes tradicionais	70 429	58 532
7.6.2 Culturas permanentes tradicionais - Douro Vinhateiro	26 639	22 087
7.7.1 Pastoreio extensivo - Manutenção de lameiros de alto valor natural	8 539	7 070
7.7.2 Pastoreio extensivo - Manutenção de sistemas agro-silvo-pastoris sob montado	17 684	14 637
7.7.3 Pastoreio extensivo - Proteção do lobo-ibérico	5 532	4 580
7.8.1 Recursos genéticos - Manutenção de raças autóctones em risco	47 646	39 957
7.8.3 Recursos genéticos - Conservação e melhoramento de recursos genéticos animais	48 503	39 913
7.8.4 Recursos genéticos - Conservação e melhoramento de recursos genéticos vegetais	3 601	2 875
7.8.5 Recursos genéticos - Conservação e melhoramento de recursos genéticos florestais	510	403
7.9.1 Mosaico agroflorestal	490	405
7.10.1 Silvoambientais - Manutenção de habitats do lince-ibérico	116	92
7.10.2 Silvoambientais - Manutenção e recuperação de galerias ripícolas	125	103
7.11.1 Investimentos não produtivos	21 739	18 655
7.12.1 Apoio agroambiental à apicultura	77	63
<i>M8. Proteção e reabilitação de povoamentos florestais</i>	<i>508 526</i>	<i>408 866</i>
8.1.1 Florestação terras agrícolas e não-agrícolas	172 711	144 018
8.1.2 Instalação de sistemas agro-florestais	5 556	4 406
8.1.3 Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos	97 957	78 519
8.1.4 Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou acontecimentos catastróficos	105 718	82 390
8.1.5 Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas	88 695	69 305
8.1.6 Melhoria do valor económico das florestas	33 681	26 941
8.2.1 Gestão de recursos cinegéticos	3 784	2 960
8.2.2 Gestão de recursos aquícolas	425	326
<i>M9. Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas</i>	<i>744 709</i>	<i>648 045</i>
9.0.1 Zonas de Montanha	570 919	498 453
9.0.2 Zonas, que não as de montanha, sujeitas a condicionantes naturais significativas	168 844	145 501
9.0.3 Zonas sujeitas a condicionantes específicas	4 946	4 091
A4. DESENVOLVIMENTO LOCAL	220 596	188 403
<i>M10. Leader</i>	<i>220 596</i>	<i>188 403</i>
10.1.1 Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL	1 350	1 350
10.2.1 Implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL)	153 690	130 368
10.3.1 Cooperação interterritorial e transnacional dos GAL	10 926	9 238
10.4.1 Custos de funcionamento e animação	54 630	47 447
Assistência técnica	93 656	74 315
Outros (não Rede Rural)	81 154	64 372
Rede Rural	12 503	9 943
Compromissos transitados (Reforma antecipada)	856	718